

DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA  
EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

---

Extrato de Publicação, referente a matéria  
matéria nº: 95952 de 19/03/2013  
Edição Eletrônica nº 19537



---

Código de Verificação

Assinado de forma digital por FUNDO DE  
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS  
OFICIAIS - 14284443000197

**UNION ARMAZENAGEM E OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.**

(Companhia Fechada) CNPJ/MF nº 07.380.119/0001-86

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A. relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. A Companhia foi constituída em 4 de maio de 2005, e tinha por objeto a exploração comercial do Terminal de Carga Geral

do Porto de Imbituba, sendo esse segmento cindido e incorporado por sua controladora - Santos Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010. Em 4 de janeiro de 2010, a Companhia através da sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos - TEV, tendo como objeto a administração, operação e

investimentos nas instalações portuárias, visando a movimentação e armazenagem de veículos, nas correntes de exportação, importação e cabotagem, nos termos do Contrato de Arrendamento celebrado naquela data.

Imbituba, 31 de janeiro de 2013

**A Administração**

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

Ativos	Nota explicativa		2012		2011		Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa		2012		2011	
<b>Circulantes</b>							<b>Circulantes</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	7		33.653	19.684			Fornecedores			1.800	1.740		
Contas a receber	8		8.654	9.652			Salários e obrigações sociais			295	194		
Ativo fiscal corrente			2	-			Impostos, taxas e contribuições			2.576	2.286		
Despesas pagas antecipadamente			36	-			Dividendos a pagar			-	4.149		
Outros ativos			12	24			Outras contas a pagar			15	11		
Total dos ativos circulantes			<u>42.357</u>	<u>29.360</u>			Total dos passivos circulantes			<u>4.686</u>	<u>8.380</u>		
<b>Não circulantes</b>							<b>Não circulantes</b>						
Depósitos judiciais	11		17	8			Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	11		40	23		
Ativo fiscal diferido	17.b)		183	-			Passivos atuariais - benefício pós-emprego	19		35	-		
Ativo imobilizado	9		950	935			<b>Total dos passivos não circulantes</b>			<u>75</u>	<u>23</u>		
Ativo intangível	10		196.674	205.616			<b>Patrimônio líquido</b>						
<b>Total dos ativos não circulantes</b>			<u>197.824</u>	<u>206.559</u>			Capital social	13.a)		201.051	201.051		
<b>Total dos ativos</b>			<u><b>240.181</b></u>	<u><b>235.919</b></u>			Reserva de capital	13.b)		13.013	13.013		
							Reserva de lucros	13.c)		6.022	4.324		
							Dividendo adicional proposto	13.d)		15.357	9.128		
							Outros resultados abrangentes	13.e)		(23)	-		
							<b>Total do patrimônio líquido</b>			<u>235.420</u>	<u>227.516</u>		
							<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>			<u><b>240.181</b></u>	<u><b>235.919</b></u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2012		2011			2012		2011	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>					Impostos, taxas e contribuições		54	13	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			51.246	26.277	Outros passivos		5	10	
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:					Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.233)	(8.604)	
Depreciações e amortizações	9.064	9.080			Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais		<u>44.286</u>	<u>21.258</u>	
Constituição da provisão para riscos tributários, trabalhista e cíveis	17	11			<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>				
Baixas e resultado na venda de ativos permanentes	9	(7)			Aquisição de bens do imobilizado		(146)	(208)	
			<u>60.336</u>	<u>35.361</u>	Alienação de bens do imobilizado		-	10	
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de investimento		(146)	(198)	
Contas a receber	998	(6.515)			<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>				
Ativo fiscal corrente	2	-			Dividendos pagos		(30.171)	(2.502)	
Despesas pagas antecipadamente	(31)	-			Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de financiamento		(30.171)	(2.502)	
Depósitos judiciais	(9)	(8)			<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<u>13.969</u>	<u>18.558</u>	
Outros ativos	3	13			<b>Aumento Líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa Representada(o) por</b>				
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19.684	1.126	
Fornecedores	60	919			Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>33.653</u>	<u>19.684</u>	
Salários e obrigações sociais	101	69					<u>13.969</u>	<u>18.558</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Reserva de capital		Adiantamento para futuro		Reserva de lucros		Dividendo		Outros Patrimônio atribuível	
		Capital social	Incorporação de ações	para aumento de capital	Legal	Investimento	adicional proposto	Lucros acumulados	resultados abrangentes	aos acionistas controladores	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>		<b>13.852</b>	<b>13.013</b>	<b>187.199</b>	<b>131</b>	<b>-</b>	<b>1.876</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>216.071</b>
Aumento de capital		187.199	-	(187.199)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	(1.876)	-	-	-	(1.876)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	17.470	-	-	17.470
Destinação do lucro:											
Reserva legal	13.c)	-	-	-	874	-	-	(874)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.d)	-	-	-	-	-	-	(4.149)	-	-	(4.149)
Reserva para investimento e expansão	13.c)	-	-	-	-	3.319	-	(3.319)	-	-	-
Dividendo adicional proposto	13.d)	-	-	-	-	-	9.128	(9.128)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>		<b>201.051</b>	<b>13.013</b>	<b>- 1.005</b>	<b>3.319</b>	<b>9.128</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>227.516</b>
Dividendos pagos		-	-	-	-	(9.128)	-	-	-	-	(9.128)
Passivo atuarial - despesas médicas	19	-	-	-	-	-	-	-	(23)	-	(23)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	33.949	-	-	33.949
Destinação do lucro:											
Reserva legal	13.c)	-	-	-	1.698	-	-	(1.698)	-	-	-
Dividendos intermediários creditados	13.d)	-	-	-	-	-	-	(16.894)	-	-	(16.894)
Dividendo adicional proposto	13.d)	-	-	-	-	-	15.357	(15.357)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>		<b>201.051</b>	<b>13.013</b>	<b>- 2.703</b>	<b>3.319</b>	<b>15.357</b>	<b>-</b>	<b>(23)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>235.420</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)**

	Nota explicativa		2012		2011	
<b>Receita líquida</b>			14	79.249	54.877	
<b>Custo dos serviços prestados</b>			15	(29.438)	(29.009)	
<b>Lucro bruto (Despesas) receitas operacionais</b>				<u>49.811</u>	<u>25.868</u>	
Despesas com vendas	15		(267)	(66)		
Despesas gerais e administrativas	15		(342)	(347)		
Amortização de ágio			-	-		
Equivalência patrimonial			-	-		
Outras receitas operacionais				28	47	
Outras despesas operacionais				(2)	(1)	
<b>Total</b>				<u>(583)</u>	<u>(367)</u>	
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>				<u>49.228</u>	<u>25.501</u>	
<b>Resultado Financeiro</b>						
Receitas financeiras	16		2.064	845		
Despesas financeiras	16		(46)	(69)		
<b>Total do resultado financeiro</b>			<u>2.018</u>	<u>776</u>		
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>			51.246	26.277		
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>						
Imposto de renda e contribuição social - correntes	17.a)		(17.468)	(8.807)		
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17.a)		171	-		
<b>Total do imposto de renda e da contribuição social</b>			<u>(17.297)</u>	<u>(8.807)</u>		
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>			<u>33.949</u>	<u>17.470</u>		
<b>Lucro Básico por Ação - R\$</b>						
Ordinária			18	0,16620	0,08552	
Preferencial			18	0,16620	0,08552	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.						

**Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa		2012		2011	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>			<b>33.949</b>	<b>17.470</b>		
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>						
Benefício pós-emprego - planos médicos	19		(23)	-		
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>			<u><b>33.926</b></u>	<u><b>17.470</b></u>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.						

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional: a) Informações gerais:** A Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A. ("Companhia"), com sede em Imbituba, Estado de Santa Catarina, inicialmente tinha como objetivo a exploração comercial do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, desde 13 de fevereiro de 2006, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação de suas instalações alfandegadas de pátios e armazém, com atração preferencial em berço contíguo aos berços do Terminal de Contêineres de Imbituba, nos termos do Contrato de Arrendamento celebrado naquela data. Em 4 de janeiro de 2010, a Companhia, por meio de sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos - TEV, tendo como objeto a administração, a operação e os investimentos nas instalações portuárias, pelo prazo de 25 anos, visando à movimentação e armazenagem de veículos, nas correntes de exportação, importação e cabotagem, nos termos do Contrato de Arrendamento celebrado naquela data. Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao TEV, contemplando 27.500 m<sup>2</sup> aproximadamente, mediante a solicitação e aprovação da administração do porto. Em 31 de dezembro de 2010 foi efetivada a cisão parcial da Companhia, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 26 de março de 2010. A parcela cindida refere-se ao TEV.

**b) Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração:** A Companhia tem o compromisso de realizar movimentação mínima pelo Terminal de 182.931 veículos no segundo ano de atividade, 214.147 veículos no terceiro ano de atividade, 250.691 veículos no quarto ano de atividade, 293.470 veículos no quinto ano de atividade e 300.000 veículos a partir do sexto ano de atividade. O compromisso de investimentos contempla, principalmente, as construções de acesso externo ao Terminal e ao cais público e a construção de *gate* e guarita para acesso interno do Terminal. Compondo a parcela mensal do arrendamento, existem os compromissos de pagamento no valor de R\$266 pelo uso da área total arrendada e de R\$12,85 por veículo movimentado. Quanto à utilização da infraestrutura, há o compromisso de pagamento mensal de R\$49. Tais valores são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, por se tratar de um arrendamento operacional, e reajustados a cada ano, pela reposição da inflação por meio do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGP-M/FGV.

**2. Base de preparação: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2013. **b) Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c) Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

**3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia, de maneira consistente, em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **a) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa con-

tratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. • **Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem as contas a receber de clientes. • **Caixa e equivalentes de caixa:** Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos, que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa, são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa. • **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros, representados por fornecedores, são reconhecidos pelo valor justo. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores. **b) Imobilizado:** • **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. • **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. • **Depreciação:** Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo de arrendamento. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Benefitorias em imóveis de terceiros	21 a 25 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas, equipamentos e acessórios	10 anos
Instalações, móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **c) Ativos intangíveis:** • **Concessão de serviços públicos:** A Companhia possui concessão de serviço público decorrente do Contrato de Arrendamento, conforme notas explicativas nº 1 e nº 12. A Companhia atua sob o regime de concessão; entretanto, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, em virtude do preço do serviço prestado não ser regulamentado e/ou controlado pelo poder concedente. • **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. • **Gastos subsequentes:** Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. • **Amortização:** Calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio sem

vida útil definida, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Direitos de exploração	25 anos
<i>Softwares</i>	5 anos

**d) Redução ao valor recuperável (*impairment*):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação das demonstrações contábeis para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa - UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo. Para fins de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC). A Administração da Companhia não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. **e) Benefícios a empregados: Benefícios de término de vínculo empregatício:** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável. **Benefícios pós-emprego:** Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos. A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 19. **f) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**g) Receita operacional:** A receita de serviços é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada à movimentação e armazenagem de veículos. **h) Arrendamentos:** Os pagamentos relativos a arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. **i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com garantia financeira de contratos. Custos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado como despesas financeiras. **j) Imposto de renda e contribuição social**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

sobre o lucro líquido: Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **k) Lucro por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. **l) Ajuste a valor presente:** As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos de liquidação serem inferiores há 60 dias.

**4. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros quanto para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação, com base nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**a) Contas a receber e outros créditos:** O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação. **b) Outros passivos financeiros não derivativos:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado com base no valor presente do principal e de fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

**5. Gerenciamento do risco financeiro: Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital e o nível de dividendos para acionistas, procurando manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital (*Weighted Average Cost of Capital - WACC*). A dívida em relação ao capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é apresentada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Total do passivo	4.761	8.403
Caixa e equivalentes de caixa	(33.653)	(19.684)
Dívida líquida	(28.892)	(11.281)
Total do patrimônio líquido	235.420	227.516
Relação dívida líquida sobre o capital	(0,12273)	(0,04958)

Os demais riscos, ou seja, os riscos de crédito, de liquidez e de mercado, estão apresentados na nota explicativa nº 20.

**6. Transações com partes relacionadas: a) Benefícios a colaboradores:** A Companhia fornece, conforme legislação vigente, a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, seguro de vida, assistência médica, cesta básica e cartão-alimentação. Em 31 de dezembro de 2012, os benefícios supramencionados representaram a aplicação de R\$199 (R\$107 em 31 de dezembro de 2011), correspondentes a 0,25% e 0,19% da receita operacional líquida, respectivamente. A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR, sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangido por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido pela Companhia. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Em

31 de dezembro de 2012 estava provisionado o montante de R\$94. **b) Controladores:** A controladora da Companhia é a Santos Brasil Participações S.A., que detém 100% das ações que representam o seu capital social.

**7. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e saldo em bancos	193	345
Aplicações financeiras	33.460	19.339
Total	33.653	19.684

**Natureza das aplicações financeiras**

	Taxa média	Vencimento	31/12/2012	31/12/2011
Investimentos mantidos para negociação-				
Fundos de investimento	102,09%	Indeterminado	33.460	19.339

As taxas médias das aplicações financeiras, apresentadas anteriormente, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2012 e estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

**8. Contas a receber de clientes**

	31/12/2012	31/12/2011
Circulante - No País	8.654	9.712
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(60)
Total	8.654	9.652

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	31/12/2012	31/12/2011
Créditos a vencer	7.119	6.726
Créditos em atraso até 60 dias	1.507	2.665
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	1	238
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	16	60
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	11	23
Total	8.654	9.712

**Redução por perda do valor recuperável (impairment):** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias que, conforme o quadro anterior, totalizavam R\$83 em 31 de dezembro de 2011. Desse montante são excluídos: (a) os créditos em negociação; e (b) os depósitos não identificados, resultando, assim, no valor final de R\$60. A baixa de créditos vencidos é efetuada conforme determina o artigo 9º, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.430/96.

**9. Imobilizado:**

	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depre- ciação acumulada	Valor líquido 31/12/ 2012	31/12/ 2011
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,0	468	(18)	450	446
Imobilizações em andamento (*)	-	206	-	206	261
Equipamentos de informática	20	246	(246)	-	58
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	257	(45)	212	95
Instalações, móveis e utensílios	10	124	(69)	55	75
Veículos	20	28	(1)	27	-
Total		1.329	(379)	950	935

A movimentação do imobilizado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial	Adições/ trans- ferência	Depre- ciação	Baixas/ efeitos não monetários	Saldo final
Benfeitorias em imóveis de terceiros	446	21	(18)	1	450
Imobilizações em andamento (*)	261	(46)	-	(9)	206
Equipamentos de informática	58	-	(57)	(1)	-
Máquinas, equipamentos e acessórios	95	139	(22)	-	212

Instalações, móveis e utensílios	75	4	(24)	-	55
Veículos	-	28	(1)	-	27
Total	935	146	(122)	(9)	950

A movimentação do imobilizado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial	Adições/ trans- ferência	Depre- ciação	Baixas/ não mone- tários	Saldo final
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	446	-	-	446
Imobilizações em andamento (*)	500	(239)	-	-	261
Equipamentos de informática	156	-	(98)	-	58
Máquinas, equipamentos e acessórios	107	-	(12)	-	95
Instalações, móveis e utensílios	97	1	(24)	1	75
Veículos	5	-	(2)	(3)	-
Total	865	208	(136)	(2)	935

(\*) O valor de adição no grupo de imobilizações em andamento está líquido das transferências efetuadas, quando da entrada dos bens em operação, para os grupos que os representam.

**10. Intangível:**

	Taxa anual de amorti- zação - %	Custo	Amor- tização acumulada	31/12/ 2012	31/12/ 2011
Vida útil definida - Direitos de exploração - (*)					
TEV	4	223.493	26.819	196.674	205.614
Softwares - Sistemas de processamento de dados	20	10	10	-	2
Total		223.503	26.829	196.674	205.616

A movimentação do intangível, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial	Amortização	Saldo final
Vida útil definida - Direitos de exploração - (*)			
TEV	205.614	8.940	196.674
Softwares - Sistemas de processamento de dados	2	2	-
Total	205.616	8.942	196.674

A movimentação do intangível, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial	Amortização	Saldo final
Vida útil definida - Direitos de exploração - (*)			
TEV	214.554	8.940	205.614
Softwares - Sistemas de processamento de dados	6	4	2
Total	214.560	8.944	205.616

(\*) Referem-se às parcelas que compuseram o valor pago pela exploração comercial das instalações portuárias do Terminal de Carga Geral Imbituba, desde 13 de fevereiro de 2006, amortizado pelo prazo do respectivo contrato de arrendamento, de 25 anos. Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, foi elaborado estudo econômico de projeções de longo prazo demonstrando a ocorrência de benefícios futuros atribuíveis aos ativos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, o valor de R\$6.370, referente ao Terminal de Carga Geral Imbituba, foi baixado por cisão, conforme nota explicativa nº 1.a). Em 3 de julho de 2009, a Companhia foi declarada a vencedora da licitação do TEV e, no ato da assinatura do contrato, efetuou o paga-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

mento inicial de R\$133.495, além dos custos com a licitação, no montante de R\$4.711, e em 4 de janeiro de 2010 efetuou o pagamento final, no montante de R\$85.287, assumindo nessa mesma data as operações do TEV, mediante o Termo de Entrega e Recebimento da Área.

**11. Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis, Depósitos Judiciais e Contingências:** A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações contábeis em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota em sua defesa ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia. O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza do processo e a experiência histórica. Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para processo Fator		
Acidentário de Prevenção - FAP (*)	40	23

(\*) O provisionamento refere-se à impugnação administrativa perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS mediante a nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação do índice multiplicador denominado Fator Acidentário de Prevenção - FAP, calculado, principalmente, com base no número de acidentes do trabalho ocorridos na Companhia e de afastamentos de funcionários, em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE), o qual resultou no aumento de 72% do último valor pago pela Companhia. Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizado Mandado de Segurança, cuja liminar foi concedida para afastar a exigibilidade do crédito até o julgamento da impugnação. A referida impugnação administrativa foi negada, tendo sido apresentado recurso administrativo ao Ministério da Previdência Social. A movimentação da provisão para contingências, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em			Saldo em
	31/12/2011	Adições	Reversões	31/12/2012
Provisão FAP	23	18	1	40
	Saldo em			Saldo em
	31/12/2010	Adições	Reversões	31/12/2011
Provisão FAP	12	11	-	23

**12. Arrendamento:** Arrendamento operacional - A Companhia possui contrato de concessão, conforme nota explicativa nº 1, e parcelas de arrendamento a serem apropriadas ao resultado, por competência. Esses valores serão corrigidos anualmente pelo IGP-M/FGV:

Contrato (*)	2016 - término			
	2013	2014	2015	Total
TEV	2.894	2.894	2.894	55.228
Total	2.894	2.894	2.894	55.228

(\*) O referido contrato teve início em janeiro de 2010 e se encerra em janeiro de 2035.

**13. Patrimônio Líquido: a) Capital social:**

	Ações ordinárias	
	2012	2011
Emitidas em 1º de janeiro	21.315.228	21.315.228
Emissão de ações	182.953.989	182.953.989
Emitidas em 31 de dezembro	204.269.217	204.269.217
Autorizadas sem valor nominal	204.269.217	204.269.217

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o capital social era de R\$201.051, representado por 204.269.217 ações ordinárias.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **b) Reserva de capital:** Na incorporação de ações realizada em 30 de junho de 2009, a diferença entre o capital social da incorporadora e o da incorporada resultou na reserva de capital no montante de R\$15.328. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, com a cisão, conforme nota explicativa nº 1.a), a reserva de capital da Companhia era de R\$13.013.

**c) Reservas de lucros:** • Reserva legal - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. • Reserva para investimento e expansão - Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do período e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme orçamentos de

capital. **d) Remuneração dos acionistas:** São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia. A seguir, a demonstração da remuneração aos acionistas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012:

	%	31/12/2012
Lucro líquido do exercício		33.949
Constituição da reserva legal	5,0%	(1.698)
Lucro líquido ajustado (a)		32.251
Dividendos mínimos obrigatórios	25,0%	8.063
Remuneração aos acionistas		
Dividendos intermediários, imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios, adiantados no decorrer do exercício de 2012 (b)		16.894
Dividendos complementares propostos (c)		15.357
Total remuneração aos acionistas (b + c)	100,0%	32.251
Os dividendos intermediários pagos por classe de ação foram - Ações ordinárias		16.894
Dividendos complementares propostos		15.357
Quantidade de ações ordinárias		204.269.217
Valor unitário de dividendos complementares por ação		R\$0,075178420
Retenção de lucros (a - b - c)		-

**e) Outros resultados abrangentes:** • Benefício pós-emprego - Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial do benefício pós-emprego dos planos médicos (nota explicativa nº 19), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09.

**14. Receita Operacional:** A seguir, a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta	91.316	65.089
Deduções da receita - Impostos sobre vendas	(11.096)	(7.745)
Outras	(971)	(2.467)
Total	79.249	54.877

**15. Despesas Operacionais por Natureza:**

	31/12/2012	31/12/2011
Mão de obra avulsa	(43)	(44)
Taxas Companhias Docas	(267)	(200)
Arrendamentos e infraestruturas		
Companhias Docas	(3.431)	(3.333)
Veículos	(13.270)	(12.778)
Despesas com pessoal	(1.731)	(947)
Manutenção operacional	(135)	(378)
Depreciação e amortização	(9.064)	(9.080)
Outras despesas	(2.106)	(2.662)
Total	(30.047)	(29.422)
Classificadas como - Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(29.438)	(29.009)
Despesas com vendas	(267)	(66)
Despesas gerais e administrativas	(342)	(347)
Total	(30.047)	(29.422)

**16. Receitas (Despesas) Financeiras Reconhecidas na Demonstração do Resultado:**

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras - Rendimento de aplicações financeiras	2.041	843
Juros	17	1
Outras receitas	6	1
Total	2.064	845
Despesas financeiras - Juros	-	(6)
Garantia financeira de contratos	(30)	(41)
Outras despesas	(16)	(22)
Total	(46)	(69)

**17. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos:** A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Lucro antes da tributação</b>	51.246	26.277
<b>I - Valor base - IRPJ e CSLL - Aliquota de 15% IRPJ e 9% CSLL</b>	17.400	8.910
Aliquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	5.101	2.604
<b>II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas - Adições permanentes</b>	27	28
Outras	27	28
<b>III - Taxa efetiva - IRPJ e CSLL ajustados (I + II)</b>	17.427	8.938
Aliquota efetiva	34,0%	34,0%
<b>IV - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos - Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias</b>	43	44
Contabilização inicial de prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(173)	-
<b>V - Ajustes extraordinários - IRPJ e CSLL de exercício anterior</b>	-	(175)
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (III + IV + V)	17.297	8.807
IRPJ e CSLL - correntes	17.468	8.807
IRPJ e CSLL - diferidos	(171)	-
Total	17.297	8.807

**b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos:**

Ativo (passivo)	31/12/2012	
	IRPJ	CSLL
Diferenças temporárias - Companhia Docas	91	33
Gratificação a funcionários	23	8
Provisão para contingências	10	4
Outras provisões	2	-
Perdas atuariais	9	3
Total	135	48
Ativo	135	48

**18. Lucro por Ação: Lucro básico por ação** - O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e na respectiva quantidade de ações ordinárias em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro líquido	33.949	17.470
Quantidades de ações	204.269	204.269
Resultado por ação básico	0,16620	0,08552

**19. Passivos Atuariais - Benefício Pós-Emprego:** Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 - Benefício a Empregados, determinado com base em estudo atuarial. Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente, tiveram como premissas básicas em 31 de dezembro de 2012 o que segue:

Taxa de desconto financeiro	4,0% a.a.
Taxa inicial de crescimento dos custos médicos	6,61% a.a.
Ano em que a taxa final é atingida	2062

Com base no relatório do atuário independente, o saldo do passivo atuarial resultante da avaliação atuarial do plano em 31 de dezembro de 2012 era de R\$35.

**20. Instrumentos Financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cuja administração é efetuada pela controladora por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011** (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. **a) Classificação dos instrumentos financeiros:** A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ativo -</b>		
<b>Valor justo por meio do resultado -</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	33.653	19.684
	<u>33.653</u>	<u>19.684</u>
<b>Empréstimos e recebíveis -</b>		
Contas a receber	8.654	9.652
	<u>8.654</u>	<u>9.652</u>
<b>Passivo -</b>		
<b>Custo amortizado -</b>		
Fornecedores	1.800	1.740
	<u>1.800</u>	<u>1.740</u>
Total	44.107	31.076

**b) Demais instrumentos financeiros: Aplicações financeiras** - As aplicações financeiras em fundos de investimento estão sendo apresentadas pelo seu valor justo, dada a classificação de valor justo por meio do resultado, conforme demonstrado anteriormente. Em 31 de dezembro de 2012, os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos, apresentados apenas para fins de demonstração, eram:

	31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo -</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	33.653	33.653
Contas a receber	8.654	8.654
Total	42.307	42.307
<b>Passivo -</b>		
Fornecedores	1.800	1.800
Total	1.800	1.800

**c) Risco de mercado:** As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado

e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita. Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações, devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o Dólar norte-americano e o Euro, que encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 com valorização em relação ao Real de 8,94% e 10,73%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2011. A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles. **d) Hierarquias de valor justo:** A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo, utilizando o método do fluxo de caixa descontado:

	31/12/2012			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	193	33.460	-	33.653

Não houve transferência de ativos nem de passivos entre os níveis da hierarquia de valor justo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os instrumentos financeiros não derivativos classificados como valor justo por meio do resultado possuem, basicamente, hierarquia de Nível 2. **e) Risco de crédito:** As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2011, essa provisão era de R\$60, equivalente a 0,62%. Também, a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. **f) Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir as obrigações

presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa, no conceito de *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization* - EBITDA, e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros. Adicionalmente, são analisados, periodicamente, mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

	31/12/2012	Até 1 ano
<b>Passivo -</b>		
Fornecedores	1.800	1.800
<b>g) Risco de juros:</b> A seguir, está sendo apresentado o saldo que está exposto à volatilidade das taxas de juros praticadas:		
	31/12/2012	31/12/2011

**Ativo -**

	31/12/2012	19.684
Caixa e equivalentes de caixa	33.653	19.684

**Análise de sensibilidade de taxa de juros** - A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas, de forma que a Administração entende que nenhuma volatilidade nessas taxas afetaria significativamente seu resultado.

**21. Cobertura de Seguros:** Em 31 de dezembro de 2012, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

	Cobertura Moeda Vencimento		
<b>Seguro de Operador</b>			
<b>Portuário - SOP -</b>			
Responsabilidade civil	20.000	US\$	Março/2013
Bens móveis e imóveis	1.000	US\$	Março/2013
Responsabilidade Civil			
Empregador - RCE	1.000	US\$	Março/2013
Responsabilidade civil			
danos morais	1.000	US\$	Março/2013
<b>Perda de receita por bloqueio de berço e canal</b>	600	US\$	Março/2013

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes da Companhia.

**Diretoria**

**Antônio Carlos Duarte Sepúlveda**  
Diretor-Presidente

**Washington Cristiano Kato**  
Diretor Econômico-Financeiro

**Caio Marcelo Morel Correa**  
Diretor de Operações

**Mauro Santos Salgado**  
Diretor Comercial

**Luiz Carlos Quene - TC/CRC 1SP192166/O-6-S-SC**  
Diretor de Controladoria

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Administradores e Acionistas da Union Armazenagens e Operações Portuárias S.A.

**Imbituba - SC**

Examinamos as demonstrações contábeis da Union Armazenagens e Operações Portuárias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Union Armazenagens e Operações Portuárias S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos**

*Auditoria das demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011*

As demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 31 de Janeiro de 2012, o qual não conteve nenhuma ressalva.

São Paulo, 31 de Janeiro de 2013

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**

Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Walter Dalsasso**

Contador  
CRC nº 1 SP 077516/O-9 S/SC